

Temas políticos e adequações poéticas nos papéis de ampla circulação da guerra de Restauração

PEDRO PAULO DE FIGUEIREDO SILVA*

O presente artigo faz uma breve análise da grande variedade de temas e elocuições postas em circulação pelas publicações feitas em Portugal durante a Restauração portuguesa. Tal abordagem aos textos permite perceber a relação entre esse momento político e a opção pelo incentivo à divulgação de impressos com vistas a uma ampla circulação, e seu objetivo de levar à população portuguesa uma grande gama de informações sobre os eventos que deram forma à Restauração e que eram orientadas a um público bastante diversificado, com diferentes níveis de intimidade com a cultura escrita, e entendido como indispensável para o bom sucesso da nova Coroa portuguesa em sua busca pela consolidação da independência do reino.

Palavras-chave: Restauração portuguesa; imprensa; cultura escrita; circulação de textos

Political themes and poetic styles in papers of wide circulation during the Restoration War

The present essay provides a brief analysis of the great variety of themes and elocutions circulated by publications through out Portugal during the Portuguese Restoration. Such approach allows the understanding of the relationship between that political moment and the choice for encouraging the dissemination of printed material intended for broad circulation and its goal of providing Portuguese people with a wide range of information about the events that shaped the Restoration. Such information was targeted to a very diverse audience, with different levels of intimacy with the writing culture, and seen as essential to the success of the new Portuguese Crown in their quest for consolidation of the independence of the kingdom.

Keywords: Portuguese Restoration; press; written culture; texts circulation

* Doutorando em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e bolsista Capes, sob orientação do professor Luís Miguel Carolino.

*O sábio mais douto, & grave,
Que dizendo de vós ande
Quanto ouve, & quanto sabe,
Com um volume mui grande
É impossível que acabe
Pois eu que posso dizer
Sem engenho, & sem estudo,
Que vos possa engrandecer
Se aquele que sabe tudo,
Tudo não sabe dizer.*

Francisco Lopes

A guerra de Restauração, pela qual Portugal garantiu a manutenção da independência declarada contra Castela em 1º de dezembro de 1640, durou 28 anos. Uma *guerra lenta*¹ não apenas na duração do tempo, mas também nos atos beligerantes. O conflito, marcado por pequenas incursões, só vai ter sua primeira batalha campal em fins do 1º semestre de 1644, três anos e meio após o golpe restaurador. As contingências fiscais e humanas, próprias aos tempos de hostilidades, faziam-se mais presentes que a própria guerra que preguiçosamente demorava a acontecer. Os conflitos, antes de terem como objetivo a rendição duradoura de uma região, ficaram restritos a pequenos cercos e à organização de saques a fim de garantir uma presa grande o suficiente para manter vivos e alimentados os contingentes militares.

Longe desses “esbarrões” bélicos, era dever do governo garantir que novos problemas não surgissem e diminuíssem ainda mais a velocidade dos acontecimentos. Para isso era necessário haver uma convicção harmonia interna que balanceasse o peso da lentidão externa. Mas, à incerteza militar somava-se outra de projeção notadamente política. Em diferentes momentos do conflito tentou-se matar o rei restaurador e, na maioria das vezes, tais tentativas partiram de pessoas ligadas ao governo ou próximas a ele. Fosse por orientação política, ou ambição pelas recompensas vindas de Madri para os que se mantivessem fiéis à monarquia Católica, os “traidores” ou *cismáticos*² representavam um risco à unidade e à viabilidade do projeto restauracionista. A esses e outros problemas do cotidiano do Portugal Restaurado, o recurso à divulgação impressa de textos sobre os temas vividos pelos portugueses foi uma estratégia encontrada pelo governo para manter a estabilidade política dentro das fronteiras. O momento era de aguda preocupação e as diferentes publicações atestam o quão socialmente diversificadas eram as gentes procuradas.

Tal emprego da escrita foi parte de um esforço a fim de alcançar um variado número de leitores que deveriam estar bem informados e simpáticos ao projeto restauracionista que fez do duque de Bragança rei de Portugal. A direção desta proliferação de publicações estava orientada, sobretudo, àqueles leitores que não acessavam as grandes poesias heroicas e grandes argumentações históricas sobre Portugal. Os leitores dos gêneros mais elevados deveriam ser capazes de relacionar temas distantes, de grande erudição e feitos a partir de conhecimentos históricos e/ou clássicos, muitas vezes em latim, apresentados a eles através de processos de criação metafórica extremamente agudos³. Isso, sem dúvida, leva a uma localização social dos habilitados a tal deci-

1 Cf. Gabriel Espírito Santo. *A grande estratégia de Portugal na Restauração*. Lisboa: Casal de Cambra, 2009.

2 Diogo Gomes Carneiro. *Oração apodixica aos cismaticos da patria*. Lisboa: Lourenço de Anveres, 1641.

3 As metáforas agudas são aquelas construídas com o objetivo de deleitar o leitor a partir de um estado de suspensão provocado pelo deparar-se com uma analogia feita a partir de conceitos extremamente distantes. Não é raro que os grandes nomes da literatura portuguesa do período sejam lembrados pela capacidade de construir tais metáforas, mas a isso reagiu o padre António Vieira em sua contundente crítica aos discursos essencialmente

fração, pois tal ato não era possível aos que não tiveram a oportunidade de frequentar os cursos de retórica e poética oferecidos, sobretudo, aos frequentadores das principais instituições de ensino do reino e da Europa — o que por sua vez também nos permite vislumbrar um corte de gênero.

Se comparados os processos criadores dos diferentes papéis que circularam no período, perceber-se-á uma maior ocorrência de textos em que as elocuições - as adequações feitas entre a seleção do tema, a construção de analogias e metáforas e o emprego da linguagem verificadas - eram substancialmente mais simples e menos elevadas e graves e sem os excessivos adornos agudos que faziam a leitura inteligível e prazerosa apenas a um pequeno grupo de pessoas. Ou seja, eram os impressos de ampla circulação dotados de analogias e linguagens muito mais simples do que aquelas encontradas, por exemplo, no gênero heroico e capazes de um alcance muito mais popular⁴.

Uma forma interessante de abordar o problema da participação popular na vida política do reino é partir de um exemplo de acontecimento do período. Em 1641, ainda nos primeiros meses da Restauração, um grupo de nobres que até então teria aderido à causa da independência (grande parte da nobreza portuguesa ainda se mantinha fiel a Filipe IV) planejou e tentou, sem sucesso, levar a cabo um ato de fatal violência contra D. João IV. Ao apresentar esta tentativa regida, Luís Reis Torgal narra uma curiosa situação sobre a reação popular motivada pelas prisões feitas após a tentativa de assassinato do rei. Segundo ele, a população teria reagido “espontaneamente contra a nobreza, o que prova que ele [o povo] mantinha em relação à classe dirigente certa desconfiança e acrimônia”⁵. A situação parece ter sido de tamanho alvoroço que D. João IV, a fim de manter a população portuguesa toda unida e sem crises internas, buscou uma maneira de frear o seu ímpeto em cobrar fidelidade dos nobres portugueses e desejando justificarse por todos os caminhos, mandou fixar editaes nas portas da Cidade, que continham o grande sentimento, com que havia mandado proceder contra os que estavam presos, antepondo a saúde publica ao seu desejo, que era fazer merce a todos, & que ordenava a seus Vassallos, que com todo o socego aguardassem a resolução que se tomava, segurando ajustarse com as obrigações da Justiça, &

formais dos oradores portugueses, que os afastavam de seus ofícios e deveres mais urgentes. Para uma mais detalhada apresentação da agudeza poética portuguesa do Seiscentos, conferir o trabalho de Maria do Socorro Fernandes de Carvalho citado ao longo deste trabalho. Cf. Maria do Socorro Fernandes de Carvalho. Poesia de agudeza em Portugal: estudo retórico da poesia lírica e satírica escrita em Portugal no século XVII. São Paulo: Humanitas, Edusp, Fapesp, 2007. Já a crítica de Vieira pode ser lida no Sermão da sexagésima. Cf.: António Vieira. Sermões. Rio de Janeiro: e-BooksBrasil, s/d. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/padreantonio.v.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2014.

4 É válido trazer aqui algumas considerações de Aníbal Pinto de Castro e de Maria do Socorro Fernandes de Carvalho a respeito do processo de construção das metáforas, segundo as principais preceptivas poéticas do período: “Estamos, como é evidente, perante um trabalho psicológico de pura inteligência, de clara filiação aristotélica, no qual a fantasia e a imaginação desempenham um papel de meros instrumentos. [...] Iguamente expressiva do carácter intelectual do conceito é a localização anatómica que lhe atribui – o cérebro. [...] Como ato intelectual que é, a criação do conceito tem por força de ser premeditada; deve, pois, ser gerado com advertencia, & de proposito, & não abortido repentina, & impensadamente”. Aníbal Pinto de Castro. *Retórica e teorização literária em Portugal: do humanismo ao neoclassicismo*. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2008. p. 196. “Vê-se, portanto, que o estilo, soma dos conceitos mais a elocução, intercepta o procedimento da imitação na lírica, pois entre a matéria e a palavra que se lê ou se ouve, encontra a imitação o conceito de imagens criadas pelo intelecto [...] o estilo depende dos conceitos, e estes no lírico e no épico são sempre diversos, pois embora esses gêneros tratem por vezes das mesmas coisas, não usam entretanto os mesmos conceitos [...] a variedade de estilos nasce da variedade de conceitos sobre a coisa.” Carvalho. *Op. cit.*, p. 211.

5 Luís Reis Torgal. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981. v. I. p. 93.

que se contra esta ordem se levantasse algu ruor, ou sucedesse alguma inquietação, se daria por mal servido, & mandaria proceder severamente contra os autores de qualquer desconcerto. Com este edital se socegou mays a furia do Povo, que se havia desenfreado de sorte, que seguiam com palavras desconcertadas os fidalgos, que passavam pelas ruas⁶.

Os éditos ou “editaes”, como refere o conde da Ericeira, falavam a todos, sem restrições ou partições de quaisquer gêneros profissionais, sócioeconômicos ou estamentais. Eram textos afixados em pontos de reunião ou passagem de grande número de pessoas e, por isso, assumem esta feição de instrumento da informação pública. É extremamente interessante para estes fins trazer as considerações da filóloga Rita Marquilhas sobre os usos da cultura escrita pelo Estado na organização da administração e na sua relação com a população, no caso a partir desse tipo de texto do qual valeu-se o rei restaurador:

Pondo agora de lado este aspecto arquivístico, mas continuando a ter em mente a elite clerical que integrava o Santo Ofício e a manipulação da competência gráfica, importa concentrarmos num segundo tipo de recurso à escrita para a conservação e reforço do poder. Refiro-me ao *édito*, texto que garantia a colaboração popular na aplicação da justiça inquisitorial, desencadeando movimentos de delação e de auto-incriminação. O édito é um produto gráfico concebido já não no âmbito da *gestão* administrativa e judicial, mas no da *informação*, uma informação entendida em sentido lato, incluindo os conceitos de *persuasão* e *prescrição*, já que se trata de uma iniciativa oficial. Na mão do Santo Ofício os éditos “tornam pública o [seu] campo de intervenção, impõem períodos de denúncia, ou concedem períodos de graça, pontuando a vida quotidiana da população com proibições e avisos”, funcionam, afinal, como um gatilho para a interação entre a instituição e a sociedade. [...] Pensado como panegírico da instituição, como seu procurador na praça pública e como tutor dos inadvertidos, o édito tinha os efeitos totalmente dependentes de uma publicação poderosa⁷

As passagens acima ajudam a dimensionar a importância da publicação de informações com pretensão a uma ampla abrangência, sobretudo nesses lugares públicos como praças, portas de igrejas ou de cidades. Nesse momento da Restauração, o objetivo maior era, a partir de papéis como esses, manter a população confiante não apenas na vitória, como na justiça da causa e na prontidão e na fidelidade da nobreza que então reclamava para si a autoria da independência. Antes de ter como objeto de estudo a lealdade dos portugueses, o problema interessante é justamente a participação política popular através de manifestações públicas e abertas. Algo tão importante para os que viveram essas situações, que ao Estado era necessário manter com a população um diálogo aberto e mediado, também, por esses éditos.

A Restauração - ao contrário do que afirmam alguns estudos contemporâneos baseados em versões semelhantes às de poetas como Diogo Ferreira Figueiroa e Vicente de Gusmão Soarez, que não davam a suas poesias a elocução que será trazida à análise - tinha entre suas fileiras muito mais do que 40 nobres⁸. O que se interpreta aqui, aliás, é um evento muito menos simples de

6 Luís de Meneses, conde da Ericeira. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa: João Galvão, 1679. t. I. p. 273.

7 Rita Marquilhas. A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000. p. 24-25.

8 Tratam-se de Diogo Ferreira Figueiroa e Vicente de Gusmão, autores de poesias heroicas publicadas durante a Restauração. Respetivamente: Diogo Ferreira Figueiroa. *Teatro da maior façanha, e glória portuguesa*. Lisboa: Domingos Lopez Rosa, 1642. Vicente de Gusmão Soarez. *Lusitania restaurada dirigida a seu restaurador el rey dom João o quarto Nosso Senhor*. Lisboa: Lourenço de Anveres, 1641. Soarez chegará a propor desta forma como se deu a conspiração contra Castela, após reunirem-se no templo do Segredo: “O Amor, a Fortaleza, a Lealdade, / O Conselho, a Constança, & finalmete / Toda a virtude, que excellencias lavra / Mais por obra immortal, q por palavra”. Soarez, Op. cit. I, p. 1.. Teve, então, início a convocação dos portugueses leais: “A

resumir, embora mais crível que a hipótese de ter sido uma guerra desejada pelo reino, mas feita apenas por alguns reinóis.

Tal afirmação deriva da objetividade percebida nos impressos do período. Para atingir e narrar a realidade de um grupo socialmente diversificado era importante alcançar um denominador comum a todos. Ou seja, metáforas como a de Figueiroa, que apresenta a guerra como resultado do sofrimento do Tejo descontente com a “tirania castelhana”, não seriam suficientes para explicar a origem do projeto de independência:

Assi chorando queixas divulgava
O Tejo descontente, perdidoso,
Mais à vista dos males que passava
Dos bens, que já perdera saudoso.
E as Tágides galhardas, que apertava
Entre os inertes braços amoroso,
Enquanto em diverti-lo persistiam
Com carícias, que ao velho endoudeciam.

Por mil presságios já vaticinado,
Vereis cedo, que a pátria perseguida
Admite ao régio sólio um desejado
Da lusitania estirpe esclarecida;
Vereis neste de aquele suspirado
Encoberto, a bonança apetecida,
Cesse a tristeza pois amado Tejo,
Que já chega a efeito este desejo⁹.

Vieram então ao primeiro plano os sofrimentos dos portugueses. Exatamente isso define o problema: uma alteração na adequação poética fazendo com que a Lisboa mitológica e gloriosa do passado passasse a ser descrita como uma Lisboa das gentes portuguesas que compartilhavam problemas muito mais reais do que a ideia de um rio deprimido.

Mas, se é necessário falar objetivamente e com uma pertinente adequação poética aos desconfiados portugueses, é justo registrar que Torgal também chegou a semelhante conclusão. O historiador português identificou um caráter panfletário da literatura política portuguesa publicada a partir de 1640:

A ideologia da Restauração servia a um outro objetivo, este essencialmente de ordem interna – convencer todos os portugueses da justiça e do interesse da nossa razão, para que eles a apoiassem com o seu sacrifício, através das armas e do dinheiro. E a verdade é que esta luta não era menos difícil, porque, como se viu atrás, muitos deles, de todos os sectores sociais, nada tinham a ganhar com a independência e não acreditavam na sobrevivência do nosso pequeno país face à imensa Espanha, apesar da crise evidente por que esta passava.

Lealdade pois com voo brando / O edificio de Vlisses rodeava / Com atenção solicita buscando /
Varoës dinos da empresa, que levava: / Tantos via magnanimos, que, quando / O encomendado numero notava,
/ Na copia do valor empobreceia, / Se hñs escusava, & outros escolhia. // Mas evitando excessos do pre-
ceito / Que o Segredo lhe deu sãpre observado, / Quarenta convocou, numero eleito,” Idem. I,
17 e 18. Em seguida, nesta mesma estrofe, Gusmão dá início a encômios a cada um dos 40, além de reservar espaço a João Pinto Ribeiro, importante homem de letras e entusiasta da Restauração.

9 Figueiroa. Op. cit., I, p. 46 e 53. As passagens referem-se à consternação e à felicidade do Tejo, em analogia aos naturais do reino quando, na mais profunda tristeza, o velho rio alegre-se ao tomar conhecimento que a Restauração já estava para acontecer.

Poderemos, portanto, dizer que os objectivos que referimos explicam quase toda a nossa literatura política da Restauração. Por isso ela não é, em geral, rica numa perspectiva teórica, mas enquadra-se numa directriz prática ou, quando muito, teórico-prática¹⁰.

A escrita de Torgal é realmente apropriada, principalmente no concernente às armas e ao dinheiro. Apenas uma ressalva deve ser feita. Embora tenha havido um grande esforço em busca do convencimento, pontuado por Torgal, não se deve admitir apenas esse ponto de vista. Afinal, isso exclui os casos em que pessoas se valeram do recurso à escrita para intervirem politicamente em lugares públicos. A maior parte desses casos ocorre em manuscritos que, por isso mesmo, não contavam com as chancelas oficiais e nem faziam parte dos esforços de governo em sua política de divulgação, a que a historiografia comumente chama por *publicística da Restauração*¹¹. Esses papéis manuscritos não foram poucos e em outros momentos fizeram-se extremamente importantes na organização de atos políticos contra o poder central¹². Um exemplo são os pasquins que antes da Restauração criticavam o governo castelhano durante o período das *Alterações* das décadas de 1620 e 30, sendo a mais famosa a de Évora (1637). Neste caso a importância foi tamanha que ainda hoje é possível encontrar na cidade uma rua de nome Manuelinho, pseudônimo coletivo dos que escreviam contra a política fiscal de Madrid¹³.

10 Torgal. Op. cit., p. 134-135.

11 “a Casa de Bragança, detendo agora a Coroa, pretende chefiar um movimento de propaganda, destinado a legitimar a nova situação política, e para isso protege considerável número de escritores. (...) mas, simultaneamente, assiste-se a uma pulverização de dedicatórias, provavelmente destinadas ao reconhecimento social de novos nomes, sobretudo dos que detêm altos cargos (civis e militares) (...) o Templo da Memória (1635) do P. Manoel de Galhegos fornece o exemplo de uma evocação dos poetas a partir do cenário de Vila Viçosa; todavia, após 1640, a importância da capital parece esmagar outros focos de irradiação cultural.” Diogo Ramada Curto. O discurso político em Portugal (1600-1650). Lisboa: Universidade Aberta, 1988. p. 93-94.

12 Diogo Ramada Curto cita o caso de Jerónimo Serrão que na publicação de seu Discurso político, já durante o reinado de D. João IV, confessa: “Vai se a outra esquipação de gente, por ver se nella pode achar algum remedio. Esta he a compositora de huns papelinhos, que se chamão paschins, e amanhecem cada dia, quomo carta de edictos, nos pelourinhos, portas de paços reais, de Igrejas, e d’outros lugares publicos, para chegar a noticia das pessoas com que falão, e não poderem alegar ignorancia do que nelles se contem [...] Invenção de que me vali já, em tempo daquelle Rei, temerario profanador dos seus vasos, quando per escrito lhe anunciei, e notifiquei a sua ruina, nas letras da mão sem dono, cujos dedos lhe meterão as tripas dentro.” Idem. p. 153. Curto também nos informa sobre o seguinte comentário de António Carvalho de Parada: “não so amanhecem papeis fixados nas paredes em que convidaã a aleuamentamento, mas em pouco se atreuem a falar nesta materia, mostrando o desejo de novidades”. Idem. p. 153, nota 96. O mesmo Parada, também sobre o alvoroço político do qual esses papéis faziam parte, afirma em uma outra edição: “tem isto alterado tanto os animos de quasi todo o Reyno, que se atreuem a falar em publico nesta materia, mostrando desejos de nouidades, & he rara a conversaçam que trate de outra cousa, & poucos os que mostrem desgosto das alteraçoes que esperam, antes desejaõ que as haja”. António Carvalho de Parada. ‘Justificação dos portugueses sobre a acção de libertarem seu Reyno da coroa de Castella’. In: António Cruz. Papéis da Restauração. Coimbra: Ed. da Universidade, 1940. v. 2. p. 242.

13 “Fora, poucos anos antes, conhecido em aquella cidade um homem doudo e dizedor, e por isso aceitíssimo ao Povo, cujo nome era Manuel, e, por jogo e sua notável grandeza, irõnicamente Manuelinho. Usava fazer práticas pelas ruas ao vulgo, a quem, com vozes desordenadas e histórias rídculas, excitava sempre a alegria, donde procedeu ser na Cidade e seus contornos a pessoa mais conhecida; a cuja lembrança, recorrendo alguns de aqueles inquietos, foi ordenado entre eles que todas as convocações, cartas, éditos e ordens se despachassem debaixo do sinal de Manuelinho de Évora, porque assi se escusava de ser jamais conhecido o Autor destas obras; ficando aquele nome, desde então, constituído por sinal público, para que se pudessem entender sem confusão em seus chamamentos. Nesta observância amanheciam cada dia, fixados pelas praças e portas da Cidade, Provisões, Bandos e Decretos pertencentes ao estabelecimento de sua defesa: debaixo desta forma se escreviam e despachavam cartas às Câmaras do Reino, se despediam os Ministros de seus officios e se acomodavam neles outros, em virtude de um simples provimento assinado por Manuelinho de Évora.” O trecho é retirado da Epanáfora política de D. Francisco Manuel de Melo. Recomenda-se a leitura através da edição de Joel Serrão que, além de transcrever este

De outro modo, Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, com o objetivo de realizar um estudo sobre a retórica e a poética do período, analisou um extenso corpo documental poético do Portugal dos Seiscentos a fim de destacar o recurso à agudeza e a predominância do gênero lírico¹⁴. Suas análises remetem a esses lugar e momento em que determinados gêneros poéticos passavam a ser mais ou menos utilizados, e até mesmo modificados. Fica bastante facilitado o entendimento quando se tem em mente que o gênero lírico sofreu diferentes alterações ao longo do século XVII, as quais geraram certa imprecisão formal e o surgimento de diversos subgêneros:

Há no século XVII numerosos subgêneros ou espécies líricas, como o retrato, o canto heróico e as jornadas, os quais podem vincular-se a gêneros mais abrangentes como o romance ou a canção, modelos das chamadas 'formas naturais' da poesia: épica, trágica e poesia lírica. Há ainda subgêneros muitos específicos do contexto cultural português, como os "trunfos", panegíricos régios ou, na maior parte dos casos, celebrações das vitórias dos exércitos e heróis nacionais, prática de corte recomendável tendo em vista a política de Restauração após 1640, momento a partir do qual os triunfos figuram crescentemente nas antologias. [...] Essa multiplicidade formal, conforme já foi referido, torna mais rarefeita a noção de gênero lírico¹⁵.

Essas alterações das adequações poéticas que começam a ser demonstradas não devem ser interpretadas como movimentos sistemáticos, mas sim como casos de pertinência entre o que se oferece à leitura e o seu público. Assim, apesar do esforço publicístico da monarquia ser perfeitamente complementar a tais transformações e predileções por determinados gêneros e adequações, não se trata de atribuir tal fenômeno somente a uma política de Estado para as publicações correntes no reino ou simplesmente atribuí-lo à função de mero protocolo de corte. Muito antes disso, deve-se atentar à pertinência de determinadas adequações poéticas e metafóricas das matérias versadas aos seus respectivos públicos leitores ou ao próprio lugar social do autor e que, por isso, poderiam atender a outros interesses, não apenas aqueles ligados à política e ao governo. Ou seja, adequações pertinentes à vida daqueles que iriam ter contato com esses escritos, por exemplo aqueles sobre os sucessos militares do reino.

Não seria possível listar todas as muitas relações de guerra impressas e que cumpriam a função de uma divulgação popular. A variedade das mesmas poderia cobrir a totalidade dos combates, e se não cobriram tiveram na *Gazeta*¹⁶ uma aliada na divulgação das novas militares do reino. Eram papéis que buscavam manter animosos aqueles que deviam marchar, matar, morrer, viver, ficar órfãos e pagar impostos por sua independência. Um primeiro exemplo que cumpre bem o papel de demonstrar a apresentação das questões da pátria como problemas das gentes portuguesas não aparece em versos:

Está no termo de Vila de Serpa uma Aldeia de poucos vizinhos chamada a Aldeia nova fortificada com suas trincheiras, & guarnecida com uma companhia de gente paga. Saíram os Inimigos de Paymogo, Alcaçaria, Serra, & Arouche com três tropas de cavalos, & trezentos infantes para roubarem algum gado, que os desta aldeia tinham, & assim levaram todos os que acharam à vista

documento, traz uma análise sobre o período e outros manuscritos transcritos em anexo. Joel Serrão. Alterações de Évora, 1637. Lisboa: Portugalia, 1967. Para mais informações sobre a repercussão dos manuscritos nos movimentos políticos populares portugueses ocorridos ao longo do século XVII, conferir os seguintes livros de António de Oliveira. Poder e oposição política em Portugal no período filipino. Lisboa: Difel, 1991 e Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 2002.

14 Cf. Carvalho. Op. cit.

15 Idem. p. 257, 258.

16 Este foi o primeiro periódico publicado em Portugal. Sua estreia durante a Restauração se apresenta como uma das mais intensas expressões da política publicística levada a cabo pela Coroa portuguesa.

do lugar: desmandou-se hum dos Castelhanos de cavalo, & o Alcaide da Aldeia lhe atirou uma pedrada, de que o derrubou desacordado, & correndo a ele o matou com uma faca, & subindo no seu cavalo foi dar aviso ao Alcaide mor de Serpa, o qual acudiu com grande pressa ao socorro, mas já a tempo que o inimigo se tinha recolhido com o gado. Os moradores da Aldeia quando viram que os inimigos lhe levavam seu remédio, imaginando que era menos o poder contrário, foram em alcance dos Castelhanos como leões furiosos, & sendo vinte & cinco somente se empenharam com eles de sorte que para salvarem as vidas lhes foi forçado a pelear tão desesperadamente, que mataram dos Castelhanos vinte, & sete, morrendo dos nossos os treze, & escapando os doze muito feridos. Foi muito honrado, & digno de memória pela desigualdade, que havia no número da gente Castelhana ao dos nossos Portugueses, pelejando mais a desesperação de sua perda, que algum bom discurso que os movesse a facção tão temerária¹⁷.

Como se vê, a apresentação feita é a de que os problemas do reino e dos portugueses confundem-se como um só: as perdas para um inimigo comum. O próprio autor, em uma interessante estratégia discursiva, justifica a ausência da necessidade de um “discurso que os movesse a facção tão temerária” e o faz de modo tão dirigido e adequado que descreve um determinado grupo de pessoas, socialmente próximas, mas somente a partir das características que os identificam como portugueses, o brio próprio aos naturais do reino, a fúria e o ódio pelo histórico inimigo castelhano. Mantém-se inclusive a tópica da bravura em se lançar em ataque contra contingentes superiores e mais equipados¹⁸.

A forma como situações assim foram apresentadas varia. Uma das mais frequentes ocorre a partir da analogia a exemplos históricos bem delineados, ainda que de modo simples. Um desses aparece em uma relação poética sobre a tentativa castelhana de sitiar e tomar Elvas em 1645:

Se arvorando estandartes, & bandeiras
Nos cuida intimidar nesta derrota,
Saiba, que em Portugal ainda há forneiras
Como aquela fatal de Aljubarrota;
Que com cabos de pás nas mãos guerreiras
Sem de fraqueza alguma darem nota
Quando de defender a pátria tratem
A sete, & sete castelhanos matem¹⁹.

Nesta estrofe estão presentes algumas informações que ajudam a entender de que forma tais exemplos foram adequados de modo diverso ao das poesias heroicas²⁰. O teor dessa ob-

17 *Relação verdadeira da entrada que governador das armas Mathias de Albuquerque fez em Castella neste mes de abril ano prezente de 1644 & sucesso de Montijo*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644. p. 5.

18 Outra relação, que só não será melhor apresentada por ser em prosa, é bastante singular para medir até que ponto as desproporções eram divulgadas. Trata-se da *Relaçam da famosa resistencia e sinalada vitoria, que os portugueses alcançarão dos castelhanos em Ouguela este anno de 1644 a 9 de abril, governando esta praça o capitão Pascoal da Costa*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644, que com oito páginas e pouco mais de uma semana após a data do combate, narra como 40 soldados do lado português mais alguns moradores do local resistiram a 600 cavaleiros e 600 infantes que tentavam invadir a vila.

19 *Discurso heróico sobre a jornada, que o inimigo fez à praça de Elvas. Votado e Humildemente sacrificado à sempre Augusta, & victoriosa Magestade delRey Dom Ioão o IV de Portugal*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645. Oitava 23.

20 Manuel de Galhegos, em elogio a Gabriel Pereira de Castro, informa-nos sobre algumas características do gênero heroico, na abertura da *Ulyssæa*: “O poema heroico he hũa poesia levantada, q tem por fim celebrar das açções do heroe veleroso, a q foi mais digna de memoria. He taõ defícil este modo de poetar, que de infinitos poemas, q se hão escrito no mundo, ha muito pocos, q mereçaõ o nome de perfeitos. Como defícil, & como obra, q redürda em louou da patria, elegeo esta aççõ o Doutor Gabriel Pereira de Castro: procurou nella chegar à maior

servação concentra-se no que permite uma melhor identificação entre os leitores e a personagem lida por eles. Uma pessoa comum que sem hesitar arrisca a própria vida e dá fim a outras por amor e zelo da pátria. Cabe ressaltar que a batalha escolhida é a de Aljubarrota, vencida pelos portugueses contra os castelhanos e que garantiu a independência do reino em 1385, dando início à dinastia de Avis. O interessante é que esta batalha é uma das mais citadas nas obras portuguesas, porém, aqui, a observação da ação valorosa que define o *herói* é estendida para além dos feitos de D. Nuno Álvares, o herói nacional que comandava as forças portuguesas e que deu início à casa de Bragança, sempre lembrado e aludido por uma quantidade incontável de autores do período. Antes disso, uma mulher, popular, forneira, um tipo comum e sem distintivos é a grande heroína eleita pelo poeta como digna de memória.

Já sobre o presente da Restauração, o diálogo abaixo narra a conversa que três soldados lusitanos travaram quando viram do alto da muralha de Elvas as tropas castelhanas chegarem com toda a hostilidade que 12 mil infantes e 2.600 cavaleiros podiam carregar: Dos muros, vendo-os vir, disse um soldado,

Para outros que ali tinha consigo,
 Cá vem a nosso dano conjurado
 Atrevido a buscar-nos o inimigo
 Para que outra vez não torne ousado
 A buscar temerário seu castigo
 E de sua arrogância se despida
 Não fique dos que vem um só com vida.
 Muito me pesará que isso aconteça
 Disse outro dos valentes Portugueses,
 Para que em nós a glória permaneça
 De podermos vencê-lo muitas vezes,
 Vitória adquiriu, em quanto opressa
 Roma das guerras foi Cartagineses,
 Porém como lhe deu final estrago,
 Não teve mais vitórias de Cartago
 Façamos que o inimigo se retire
 Sem ser por nós de todo delgado;
 Porque de novo contra nós conspire
 E nos dê vencimento duplicado;
 Que quantas vezes mais soberbo aspire
 A nosso dano de arrogância armado,
 Tantas mais nos dará palmas, & glórias,
 De triunfos, despojos, & vitórias²¹

Esses homens - dos quais preferiu o autor resgatar-lhes as palavras, mas não os nomes - são apresentados apenas pelas características que mais importavam. Com certeza, o nome não era uma dessas. Já a condição pátria que os igualava, sim. Pelo que, divulgam essas poesias, ser português era ser brioso, valoroso, corajoso, e “ser” muitos outros adjetivos que caracterizavam aqueles “heróis”. Ou seja, se o poema heroico, enquanto forma poética, é cada vez mais obsoleto

perfeição: & como Deus o dotou de hum engenho vnico para todas as facultades alcãçou o primeiro lugar entre os heroicos, & colocou este soberano poema diante de todos os, q celebra a antiguidade. [...] porq he solenne entre os heroicos não nomearem no premio o heroe por seu nome, & não fartarem ao leitor de noticias.” Gabriel Pereira de Castro. *Ulysseia ou Lisboa edificada*: poema heroico. Lisboa: Lourenço Craesbeeck, 1636. p. 15.

21 *Discurso heroico... Op. cit.* Oitavas: 20, 21, 22. Os números apresentados são encontrados na oitava nº 8.

ou aproveitado por poetas “hermafroditas”²², a *gesta heroica*, por sua vez, permanece bastante requisitada.

Esses não nomeados são exemplos populares, catárticos, didáticos, simples e objetivos, raramente eram apresentados nominalmente, somente pelas informações que acabam de ser apresentadas²³. A adoção dessa opção autoral é uma clara indicação de que tais casos foram narrados a fim de criar uma eficaz analogia entre esses heróis desconhecidos e os demais portugueses. Eram esses que deviam ser movidos a marchar com maior determinação pela causa proposta, ainda que muitas vezes fossem convocados. A própria simpatia da população para com a obrigatoriedade do risco marcial era objetivo valioso a ser conquistado pelo governo neste outro campo de batalha, o das opiniões. Afinal, uma revolta contra o alistamento compulsório teria grande potencial para selar o fracasso de Portugal na guerra.

O trecho citado é de grande vigor. Algo tão forte que mesmo em tamanho perigo os soldados pararam calmamente para refletir sobre o risco do iminente combate e o desejaram dobrado. Soa ainda mais estranho justificarem tal desejo a partir daquilo que fizeram aos de Cartago os de Roma. Por sinal, um exemplo histórico que denota ser esta poesia uma das “hermafroditas” delimitadas por Bocalino no diálogo de Francisco Manuel de Melo. De todo modo, não é exagero afirmar que os casos citados de operações metonímicas nas quais os soldados representam o exército e os casos exclusivamente populares (como a forneira e os habitantes de Serpa) representam o próprio Portugal, como se esse fosse a ser gentes. Neste esforço voltado a alcançar um número cada vez maior de pessoas, há cada vez menos espaço para as lamúrias do Tejo, versificadas por Figueiroa.

Adma Muhana, ao prefaciar o livro de Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, afirma que o gênero lírico é aquele “cuja elocução, não sendo tão elevada como a da épica e da tragédia, nem tão baixa como a da comédia, permite não obstante momentos magníficos, a par de outros de extrema humildade”, e chama a atenção para a grande presença de “letrados praticamente desconhecidos”²⁴.

Um poeta hoje desconhecido, apesar de não parecer ter sido durante a Restauração, é Pero Salgado. Autor de diversas relações, publicou em 1663 um papel, cômico, que traz no frontispício a informação: “composta por Pero Salgado, Autor do Dialogo gracioso do Terracuça, & de muitos outros tratados, que andam impressos em abonação do Reino de Portugal”²⁵. Esta informação

22 “Autor. Eis aqui as estimadas obras de Francisco Lopes de Zárata. *Bocalino*. Primeiro que tudo deve declarar este poeta de que sexo quer usar, como hermafrodito: se de lírico, se de heróico. *Quevedo*. Dirá que quer ser heróico. *Bocalino*. Pois que seja com a bênção de Deus, visto que ainda não o é. *Quevedo*. Moderai-vos, Bocalino, porque o Zárata é dos viventes o mais opinado poeta castelhano.” Francisco Manuel de Melo. *Hospital das letras*. Apólogo dialogal quarto. Rio de Janeiro: Bruguera, 1957. p. 51.

23 Para que se tenha registrado um caso que venha nomeado o sujeito atuante, segue citado um trecho de uma relação em prosa, mas valiosíssima, posto que narra a resistência de um grupo de menos de 100 soldados mais alguns moradores da região de Ouguela contra 600 cavaleiros e outros tantos infantens. Reparem que o nome não opera nada de significativo no texto, a não ser dar maior veracidade ao que se diz: “Mataram mais um soldado Português, feriram dois, & uma mulher, por nome Isabel Pereira, que fará esquecer o valor das famosas Portuguesas, que nos insignes cercos de Dio, & Mazagão fizeram feitos de imortal memória, porque desmentindo esta a fragilidade do sexo feminino, fez notáveis demonstrações de valor, assim pelejando nas trincheiras, como repartindo pólvora, & balas aos soldados; & retirada ao castelo ficou desacordada por algum espaço com a ferida que lhe deram, até que tornando em si, & vendo que não era perigosa, prosseguiu a peleja com maiores bríos até o fim”. *Relaçam da famosa ... Op. cit.*. p. 6.

24 As duas citações atendem a mesma referência: Carvalho. *Op. cit.*, p. 11.

25 Pero Salgado. *Mayor gloria de Portvgal, e afronta mayor de Castella*. Comedia politica, que contem a verdade de tudo o que succedeo na campanha do Alentejo este presente anno de 1663. & a gloriosa Restauração da cidade

ajuda-nos a vislumbrar a dimensão de circulação e recepção de textos que, embora desfrutassem de grande fama e circulassem em número abundante no período, acabaram por serem eclipsados por outros livros de maior vulto e que assumem uma importância mais central em estudos mais recentes sobre a Restauração portuguesa, sua época e sociedade.

De seus impressos, o escolhido para ser aqui analisado é uma *Relaçam verdadeira* sobre a entrada que um tenente e nove soldados portugueses fizeram em Castela, causando grande perda ao inimigo, publicado em 1645²⁶. Antes de atacarem uma estratégica região, os dez portugueses avançaram sobre o território inimigo “com bandas vermelhas, por parecerem Castelhanos na insignia”, como introduz o primeiro ato da relação²⁷. Os disfarçados portugueses não partiram de Campo Maior, em Portugal, a fim de render cidades, vilas ou castelos. Mas saíram assim vestidos para realizar sequestros de riquezas vitais para prover o exército. O tamanho da presa fez essa pequena entrada ser merecedora de uma relação *verdadeira*.

Seguia de Madri para Badajoz o conde de Senguem, que se tivesse chegado ao pretendido destino teria assumido o posto de general da cavalaria. Seu infeliz sucesso, pelo que conta o autor do papel, só foi possível graças aos adereços vestidos pelos portugueses, que antes de chegarem aos seus inimigos foram por eles contactados. Além do quase general, também foram feitos prisioneiros mais dois assistentes dele, outros três azarados castelhanos que passavam pelo local e todas as bagagens que o conde carregava consigo.

A relação tem início com a partida dos soldados de Campo Maior, reproduz os diálogos entre os lados português e castelhano e tem por cena final as festividades oferecidas à tropa, já de volta à praça de onde partiu. A sua narrativa é extremamente veloz, com passagens divertidas que entretêm pela forma que demonstram o tratamento dado aos castelhanos. Conta doze páginas e pela detalhada reprodução das falas dos envolvidos assemelha-se a uma peça teatral, podendo mesmo ter sido encenada. Mas o que a torna ainda mais interessante é a presença de dois sonetos que um sargento teria composto para, com um deles, render glórias ao tenente Fernão Martinez Ayala, e com o outro a Pantoja, o único soldado nomeado.

Ocorre que o primeiro dos sonetos, dedicado ao tenente, foi feito em castelhano. Após ouvir atentamente a declamação do sargento, Pantoja explica o profundo descontentamento provocado pela escolha da língua:

Pant. Mui bom som me fez na orelha,
E deve estar perfeito;
Mas como é em Castelhanao,
Eu lhe guardarei segredo.
Não faça versos na lingua
Do inimigo, que é defeito,
Faça-os na nossa, que todos
Os gostamos, & entendemos.
Se mais sal nos Castelhanos

de Evora, com muitas particularidades dignas de memória, composta por Pero Salgado, autor do Dialogo gracioso do Terraçua, & de muitos outros tratados, que andão impressos em abonação do reyno de Portugal. S. l: S. ed., 1663.

26 Salgado. *Relaçam verdadeira da entrada... que em Castella fez Fernão Martins de Ayala tenente da companhia de Manoel da Gama Lobo, capitão de cavalos na villa de Campo Mayor, acompanhãdoo sòmente nove soldados, & da preza que fizeraõ, trazendo prezoneiros ao conde de Senguem, que de Madrid vinha para Badajoz com o posto de general da cavalaria, & dous criados seus, com tres pessoas mais, em hum dialogo composto pelo autor do gracioso do Terraçua, Pero Salgado.* Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1645.

27 *Idem.* p.1.

Acham alguns malhadeiros,
Que nos Portugueses, é
Porque não sabem fazê-los²⁸.

Não foi o sargento – que aceitou e concordou com o segredo que lhe confiou Pantoja – o autor dos sonetos. Pero Salgado os compôs, preocupado com o uso da língua portuguesa. Aliás, os sonetos parecem ser apenas o artifício para o autor conseguir chegar ao problema da língua em um impresso dedicado a narrar o desdobrar daquilo que deveria ter sido mais um cotidiano movimento militar. Logo, também não eram do soldado e do sargento portugueses as falas reproduzidas, mas sim palavras de Salgado, que fez questão de registrar que aqueles que mais “sal” veem no castelhano é porque empregam mal o português. A intervenção relaciona-se, provavelmente, ao recorrente emprego do castelhano em vários impressos que, ocasionalmente, justificam a adoção do idioma sob alegações de ser o que melhor transitava pela Península Ibérica.

A presença da primeira pessoa do plural deixa evidente a total falta de preocupação do poeta em ser entendido fora de Portugal. Afinal, português é a língua que os *portugueses* “gostamos, & entendemos”! Mais uma vez, o emprego da primeira pessoa do plural é a forma pela qual o autor demonstra que não apenas através da proposição de textos era possível intervir e agir politicamente, mas também pelo compartilhamento das ideias que circulavam em Portugal. Entender e gostar era também participar da vida política do reino.

Em síntese: o oficial recebe um poema em castelhano e, em seguida, Salgado faz a ressalva do emprego da língua através da boca de Pantoja, agraciado com o soneto em português. Ou seja, Salgado quis na verdade que a língua portuguesa fosse empregada para “todos”, não apenas os mais estudados como o tenente, poderem entender e gostar do que era dito. A fim de registrar essa preocupação, ele escreveu os dois sonetos em línguas diferentes. Somada essa informação ao estilo em que compôs a relação, ficam mais nítidas a influência e a orientação popular de papéis como esse.

Também começa a ficar explícita a relação entre a orientação dos impressos poéticos e a adoção do gênero lírico ou de formas mistas que oscilam entre dois gêneros, muitas vezes criando subgêneros, ao passo que ficam obsoletos os de estilo mais elevado, como o heroico. Assim, o ponto mais interessante a ser notado para se identificar o caráter popular dessas publicações – que aqui se chama a atenção – é o da diferença de suas elocuições. Afinal, quando lemos, ocupamos imaginariamente o lugar do destinatário e refazemos os processos inventivos de um ato de fala que foi representado na escrita [...] (as) normas que constituem o destinatário como personagem da representação permite(m) reconstruir a intencionalidade autoral²⁹.

Portanto, a elocução é algo denotado a partir da seleção das palavras, do emprego da linguagem, da adequação do assunto ao estilo e da intenção de produzir-se um bom entendimento no cérebro leitor. Tudo isso está fortemente interligado³⁰.

Como Carvalho afirmou em um momento já citado de sua tese, a maior parte desses casos corresponde a muitas canções, octavários e triunfos que atendiam à especificidade do momento

28 *Idem*. p. 12.

29 João Adolfo Hansen. ‘Leituras coloniais’. In: Márcia Abreu (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, São Paulo: Fapesp, 1999. p. 175.

30 Sobre as partes da elocução, no capítulo XX da *Poética* de Aristóteles, o mesmo afirma: “Quanto à elocução, as seguintes são as suas partes: letra, sílaba, conjunção, nome, verbo, [artigo], flexão e preposição.” Aristóteles. *Poética*. 4ª Ed. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994. p. 131.

político português. Já no título de um curto texto anônimo de apenas 16 estrofes é possível encontrar mostras de paridade com o afirmado até agora: *Canção dictada de genio humilde, e regido de animo claro, á sublime Magestade del Rey Dom loam o IV. nosso Senhor. Na commum alegria De seus Felicissimos annos*. O autor encerra o texto da seguinte forma:

Canção suspende a voz humilde, & escura
Que para eternizar tanta alegria,
Apolo he rudo, & rustica Talia³¹

Pelo visto, Talia, musa da comédia, gênero baixo, não era ideal para selar e eternizar, ao som da lira de Apolo, as glórias do elevado Portugal. Porém, apenas ao fim do texto foi necessário fazer tal ressalva, de modo que em todo o resto da canção a voz humilde pôde cantar tranquila.

Cabe retomar o presente e breve trabalho desde sua primeira linha. Atentar às diferenças de elocução cumpre um papel fundamental na reconstrução do ambiente cultural (e assim, portanto, político, social, econômico, religioso...) de circulação desses papéis analisados. Um ótimo exemplo disso encontra-se na passagem de um impresso de autoria do poeta Francisco Lopes, citada em epígrafe, pois ela deixa em total evidência o problema da elocução enquanto forma de adequar-se tema e linguagem ao público pretendido³². Repetindo-a:

O sábio mais douto, & grave,
Que dizendo de vós ande
Quanto ouve, & quanto sabe,
Com um volume mui grande
É impossível que acabe
Pois eu que posso dizer
Sem engenho, & sem estudo,
Que vos possa engrandecer
Se aquele que sabe tudo,
Tudo não sabe dizer.

Não sabe nada dizer o douto aos leitores de Lopes, há de se complementar. Portanto, cuidar de trazer às análises formais, atentas à forma do texto, a intenção de recriar o processo criador para além de sua perfeição ou boa imitação de grandes mestres, permite-nos alcançar muito mais sobre os mesmos textos. Faz, sobretudo, com que tenhamos conosco, principalmente no meio acadêmico, mais presente a certeza de que não foram textos criados para serem somente averiguados se perfeitos ou não. Todo um mundo social de intensa atividade política se nos abre repentinamente quando admitidas tais considerações.

É possível então perceber na composição, publicação e leitura desses impressos uma dinâmica muito mais viva e totalmente voltada ao seu tempo presente e ao papel político que cumpriam naquele imediato momento. Tal condição se reafirma naquilo que Maria Socorro de Carvalho deixou indicado sobre as transformações do gênero lírico ao longo do século XVII e a profusão dos *trunfos* durante a Restauração. Por fim, resta destacar que tais papéis, mais que meras represen-

31 *Canção dictada de genio humilde, e regido de animo claro, á sublime Magestade del Rey Dom loam o IV. nosso Senhor*. Na commum alegria de de seus felicissimos annos. Lisboa: Lourenço de Anveres, 1642.

32 Francisco Lopes. *Favores do ceo*. Do braço do Christo que se despregou da CRVZ, & de outras maravilhas dignas de notar, dedicados ao ILL^{MO} Senhor D. Rodrigo da Cunha arcebispo de Lisboa. Lisboa: António Alvares, 1642. Década 3.

tações de algo, são também uma coisa em si. Não são, portanto, apenas a forma representada de uma batalha, de um acontecimento. São eles próprios o acontecimento que importa. Não para se averiguar se é verdade o que apresentam, mas, antes disso, por serem os registros de tal disputa pela verdade: a própria materialidade que nos sobrou da participação política de autores e leitores em um espaço de intensa disputa por opiniões, ainda que em pleno Portugal do Seiscentos.

Artigo recebido para publicação em 28 de outubro de 2014